

Código de referência: PT-AUC-UC- CONFNSL

Título: Confraria de Nossa Senhora da Luz

Datas: 1591-1941

Nível de descrição: Secção

Dimensão e suporte: 11 u.i.; 8 livros; 3 caixas

Nome do produtor: Confraria de Nossa Senhora da Luz

História administrativa:

Quando a Universidade estava sediada em Lisboa, D. Henrique, o Infante-Descobridor, criou, no séc. XV, uma confraria sob a invocação de Nossa Senhora da Luz. Pelo regimento desta Confraria, de que nos é dada notícia nos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1559, estava a seu cargo grande parte do serviço litúrgico, bem como o auxílio na doença aos estudantes pobres e o acompanhamento fúnebre de professores, estudantes e oficiais da Universidade. Durante o reinado de D. João III, em 1537 a Universidade foi transferida de Lisboa para Coimbra. Como não havia um edifício apropriado para a sua instalação, a Universidade foi instalada no Paço Real de Coimbra. Desta forma, a antiga Capela Real de S. Miguel passou também a ser a Capela da Universidade para que *nella os possam ouvir mais cômodamente o Rector, lentes & estudantes*. A Confraria de Nossa Senhora da Luz acompanhou também a transferência da Universidade e passou, assim, a estar agregada à Capela da Universidade a partir desta data, de acordo com os Estatutos da Universidade de 1591 (liv. 1, Tít. 15): *Na Universidade haverá a Confraria que sempre houve, dos lentes e estudantes, instituída pelo Infante Dom Henrique Mestre da Ordem, & Milícia de nosso Senhor Jesus Cristo, quando os estudantes estavam em Lisboa, e será governada e servida por Mordomos, e Escrivães*. A confraria tinha um regime muito particular e diferente das outras Confrarias. Tinha por estação tutelar o Conselho de Deputados e Conselheiros Universitários, presidido pelo Reitor da Universidade. Os seus estatutos estavam legalmente aprovados nos Estatutos da Universidade, de que são exemplo os títulos XV e XVI do Livro I.

A Confraria era constituída por quatro categorias de membross: Professores, Graduados, Estudantes e Empregados da Universidade. Era o Conselho de Deputados e Conselheiros, regulado pelo Reitor, que tinha como obrigação todos os anos no dia dos defuntos (2 de Novembro) eleger dois fidalgos que residiam na Universidade para Mordomos da Confraria e dois bacharéis dos mais antigos para servirem de escrivães aos mordomos. Cada um dos mordomos e dos escrivães teria de servir meio ano. Estes tinham a função (entre outras) de pedir esmolas, duas vezes por dia durante cinco dias, aos estudantes que entravam e saíam da Universidade. Posto isto, passariam a procurar o reitor, o cancelário, os lentes e os não lentes, os estudantes antigos, os oficiais e outras pessoas que já não frequentavam as escolas, com o mesmo propósito. O escrivão possuía um livro numerado e assinado pelo Chanceler da Universidade onde registava o inventário, receitas, despesas bem como o nome de quem dava as esmolas e a respectiva quantia. Todos os que não aceitassem “servir” a confraria, estavam sujeitos a algumas penas, como por exemplo: não lhes ser passada carta de Grao, nem de Formatura.

A Confraria de Nossa Senhora da Luz manteve a sua actividade em plenitude até à implantação da República, em 1910, data em que foi suspenso o culto na Capela da Universidade. Pelo decreto de 21 de Janeiro de 1991 a Capela da Universidade foi declarada monumento nacional, pelo que passa a estar encerrada ao público, até abrir novamente como Museu de Arte Sacra, cuja direcção ficou a cargo do director do Arquivo da Universidade de Coimbra. Com efeito, o director assumiu a posse do edifício da Capela e do seu espólio, mas a verba para a instalação e conservação do museu nunca foi disponibilizada, pelo que o museu nunca passou de um projecto por concretizar. Em 1934, por iniciativa do Dr. António de Vasconcelos ressurgiu em actividade a Confraria de Nossa Senhora da Luz, na Capela da Universidade, retomando as funções religioso-litúrgicas da Universidade. No entanto, só no dia 4 de Julho de 1936, aquando das festas da Rainha Santa Isabel, teve lugar a inauguração solene do culto na Capela da Universidade.

Âmbito e conteúdo:

Inclui livros com termos de registo anual das esmolas e relações dos doutores, oficiais e estudantes que contribuíram, inventários, receitas, despesas. Dos 8 livros que totalizam o acervo, todos contêm esta tipologia de registo, excepto o último um livro de acordos com apenas 3 sessões que nos relatam o ressurgimento da actividade da Confraria.

É este o conteúdo essencial dos livros, com datas de que vão desde 1591 até 1936. Nos livros encontramos dois grandes lapsos temporais: o primeiro de 1677 até 1726 e o segundo de 1738 até 1934.

O inventário inclui paramentos e alfaías litúrgicas, como por exemplo: uma cruz grande dourada, um cálice dourado, um turíbolo de prata, duas galhetas de prata, um palio de veludo, etc.

As esmolas eram doadas pelos reitores, chancelários, doutores lentes e não lentes, estudantes (de Teologia, Cânones, Leis, Medicina) tanto da Universidade como das Escolas Maiores ou Menores. Era feita uma lista onde se fazia referência ao nome de quem dava as esmolas e a referida quantia.

As caixas onde está colocada a documentação avulsa, com datas desde 1600 até 1941, apresentam, essencialmente, petições de esmolas feitas pelos mordomos da Confraria ao Reitor da Universidade. A Universidade concedia uma esmola de 6.000 réis por cada terça do ano (eram duas), ou seja, um total de 12.000 réis, além disso concedia outras esmolas que eram também usadas para pagar as despesas da Confraria, como por ex. a compra de cera, pagamentos ao andador, festas de endoenças, missas, ofícios, exéquias, préstitos do nascimento dos reis, etc. Encontramos também certidões de recebimentos relativo a propinas dos doutoramentos, rendendo cada um a quantia de 2.000 réis.

Cada petição apresenta o percurso que a mesma segue até se processar o pagamento e se registar, finalmente, no respectivo Livro da Receita e Despesa, indicando até o número da folha em que ficou registada a quantia paga.

As despesas eram constituídas pelos gastos feitos com a Capela da Universidade e com a Confraria, ex.: livros, salva dos tinteiros, cera, sinetes, ramalhetes, serviços de limpeza, assim como as constantes esmolas que davam aos estudantes pobres e doentes, o vencimento do andador, azeite para as lâmpadas, etc.

As receitas englobavam as esmolas como se refere acima, mas também incluíam as propinas de doutoramentos, graus, conclusões, formaturas, condenações de particulares, acompanhamentos fúnebres, um outro tipo de receita é formado pelo pagamento de multas por parte dos estudantes, ex.: *por matrículas falsas; por usar polvilhos; por trazer roupa forrada de sedas, por usar espada nua; por andar descompostos no traje, etc.*

A terceira caixa (1684 -1941) apresenta o mesmo tipo de documentação que as anteriores (petições), mas incluindo outro tipo de documentação, como por exemplo:

- guia de entrega de donativos (1934 – 1940);
- relação de receitas e despesas diárias (1934 – 1941);
- recibos de pagamento à Gráfica de Coimbra (1937 – 1939);
- boletim de inscrição na Confraria (1940);
- documentação sobre o encerramento do culto religioso na Capela até ao seu ressurgimento, em 1934.

Esta documentação avulsa apresenta também alguns lapsos temporais, por exemplo: de 1724 a 1756; de 1756 a 1762; de 1762 a 1778; de 1786 a 1802; de 1804 a 1812 e de 1812 a 1934.

Ilustra o nome dos Mordomos, Escrivães que serviam na Confraria, assim como o nome dos Reitores ou Vice-Reitores que concediam as ditas esmolas.

Identifica, como mordomos da Confraria, os seguintes casos: João de Lencastre (1600), Gomes de Brito da Silva (1613); D. Baltazar Manuel (1630); D. Diogo de Portugal (1634); António de Melo da Costa (1645), etc. Relativamente aos escrivães, podemos referir, por exemplo: Baltazar João (1602); Padre António de Medeiros (1613); Bento Rodrigues (1623); Padre António Rodrigues Manso (1633); Leonardo Madeira (1645), etc. No que diz respeito ao chanceler, figuram: Mendo da Mota (1600); Dr. Francisco Caldeirão (1629); João de Carvalho (1634-35), etc. Refere ainda Reitores e Vice-Reitores, como por exemplo: - Reitores: Dr. Afonso Furtado de Mendonça (1600); D. João Coutinho (1612); D. Simão da Gama (1685); Dr. Manuel de Moura Manuel (1686); Dr. Nuno da Silva Teles (1696), etc.; - Vice-Reitores: Dr. André Bernardes Aires (1684); Dr. Manuel da Costa Almeida (1684); Frei Teodoro de Amaral (1685); Dr. Frei António Correia (1688), etc.

Sistema de organização:

Foram identificadas duas séries documentais: SR: *Receitas e Despesas*; SR: *Acordos da Comissão Administrativa da Confraria Nossa Senhora da Luz*, encontrando-se a documentação ordenada cronologicamente.

Características físicas:

Os livros apresentam encadernações de pergaminho com atilhos em couro, excepto os dois últimos, contendo folhas em branco, algumas folhas rasgadas, folhas com tinta esmaecida, folhas soltas, folhas com manchas de humidade, mas que não impedem, no

geral, a leitura do seu conteúdo. Já os dois últimos livros e a documentação avulsa estão em bom estado de conservação.

Idioma/escrita:

Português

Instrumentos de descrição:

Inventário das séries documentais

Unidades de descrição relacionadas:

A série de *Folhas de Ordenados / Vencimentos* da Universidade contém registos de pagamento ao Capelão, Moços de Coro, etc., também a série de *Estatutos da Universidade de Coimbra* contém informações sobre a organização da Confraria.

Notas:

Título formal

Notas do arquivista:

Elaborado por Isabel Maria Couceiro Mesquita (no âmbito de uma bolsa de estágio curricular) com coordenação de Ana Maria Leitão Bandeira.

Nota ao elemento de informação *História Arquivística e Âmbito Conteúdo*: as fontes utilizadas foram, para além da própria documentação:

- VASCONCELOS, António de – *Real Capela da Universidade*. Coimbra, Livraria Minerva, 1990.

- *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1653). Ed. fac-similada. Coimbra, 1985.

Regras ou convenções:

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística, adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de Setembro de 1999 / Conselho Internacional de Arquivos; trad. do Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. – 2ª ed. – Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2004.

NP 405-1: *Informação e documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos*. Lisboa: IPQ; CT7

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO. PROGRAMA PARA A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO PARA A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – Orientações para a descrição arquivística. 1ª versão. Lisboa: IAN/TT, 2006. 124 p.

Data da Descrição: Maio de 2008

SR: RECEITAS E DESPESAS

1591 - 1612	1º Livro	IV-1ªE-3-4-1
1612 - 1628	2º Livro	IV-1ªE-3-4-2
1628 - 1636	3º Livro	IV-1ªE-3-4-3
1636 - 1659	4º Livro	IV-1ªE-3-4-4
1656 - 1677	5º Livro	IV-1ªE-3-4-5
1726 - 1738	6º Livro	IV-1ªE-3-4-6
1934 - 1940	7º Livro	IV-1ªE-3-4-7
1600 - 1632	Cx. 1 – 84 documentos	IV-1ªE-3-4-9
1633 - 1683	Cx. 2 – 76 documentos	IV-1ªE-3-4-10
1684 - 1941	Cx. 3 – 62 documentos	IV-1ªE-3-4-11

SR: ACORDOS DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CONFRARIA
--

1934 – 1936	8º Livro	IV-1ªE-3-4-8
-------------	----------	--------------